



BARIGÜI S.A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS

CNPJ: 00.556.603/0001-74 - Curitiba - PR

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Balanco patrimonial em 30 de junho de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais)

Senhores Acionistas,	Nota	Individual		Conglomerado		Passivo Circulante	Nota	Individual		Conglomerado	
		30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014			30/06/2015	30/06/2014		
A Administração da Barigüi Financeira submete à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras, incluindo as Notas Explicativas e o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, referentes ao 1º semestre findo de 2015. O presente relatório alcança, ainda, em paralelo e em toda a sua extensão, os dados consolidados das entidades componentes do Conglomerado Financeiro Barigüi, do qual a Barigüi Financeira exerce a liderança.											
Cumprindo o papel de uma Companhia de Crédito, Financiamento e Investimentos, a Barigüi Financeira vem operando no crédito pessoal a serventores públicos e beneficiários do INSS com desconto em folha de pagamento, este o seu principal produto, empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com e sem garantia de bens móveis e imóveis, financiamentos com intermediação de lojistas, ressaltando que estas atividades foram descontinuadas a partir de fevereiro, e outras linhas admitidas para o segmento.											
No que tange ao Conglomerado, a outra instituição integrante, Barigüi Companhia Hipotecária, participante do Sistema Financeiro de Habitação, tem por objetivo a realização de financiamentos para: a) aquisição, produção, reforma ou comercialização de imóveis residenciais ou comerciais e lotes urbanos, b) conceder empréstimos e financiamentos garantidos por alienação fiduciária de bens imóveis, com destinação diversa da que se refere o item anterior; c) repassar recursos destinados ao financiamento da produção ou da aquisição de imóveis residenciais ou comerciais, bem como todas as demais operações ativas, passivas e acessórias a que estão legalmente autorizadas às instituições da espécie.											
A posição de 30 de junho de 2015 mostra, em relação à 30.06.2014, evolução de 14,1% nos ativos de crédito (média do período) e 46,6% nas captações, portanto com crescimento expressivo no último indicador e o primeiro experimentando alguns ajustes, decorrentes da redução da atividade econômica nacional.											
O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigüi Consignado, constituído em 2011, e, na origem, representado por R\$101 milhões em cotas seniores e subordinadas (20%), vem alcançando os propósitos de sua emissão, referentemente a se inserir como importante meio de captação de recursos de "funding".											
A Companhia Hipotecária, nada obstante o curto período de 41 meses de atividades atendeu o programado e mostrou-se superavitária, contribuindo para o resultado positivo do Conglomerado.											
O lucro do semestre da Barigüi Financeira, já reconhecendo os resultados advindos do seu controle junto à Cia Hipotecária, foi de R\$ 3.592 mil, antes da distribuição dos "Juros Sobre o Capital Próprio", sendo que estes alcançaram R\$1.146 mil. Tal resultado proporcionou uma rentabilidade de 9,3% sobre o patrimônio líquido médio.											
A expressiva posição em Tesouraria (cerca de R\$50,1 mil), quando comparada com exercícios anteriores, é resultante de várias ações, com destaque para a desativação de operações de CDC, do rigor implementado nas análises das propostas de crédito, com maior seletividade frente ao cenário econômico-financeiro do País.											
Agradecemos a dedicada colaboração de todos que contribuíram para a obtenção dos resultados verificados no referido semestre, em especial ao corpo de funcionários e estamos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos.											

Curitiba (PR), 14 de agosto de 2015.

Demonstrações dos resultados Semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)				
Nota	Individual		Conglomerado	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Receitas da intermediação financeira	30.092	24.433	44.174	32.944
Operações de crédito	26.533	22.226	40.992	30.718
Renda aplicação interfinanceira de liquidez	2.817	680	2.440	699
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	742	1.527	742	1.527
Despesas da intermediação financeira	(21.284)	(14.912)	(29.425)	(18.852)
Operações de captação no mercado	(14.608)	(8.301)	(21.054)	(11.507)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	23	109	23	109
Provisão para perdas com créditos de liquidação duvidosa	(3.393)	(2.499)	(5.088)	(3.233)
Operações de venda ou transf. ativo financeiro	(3.306)	(4.221)	(3.306)	(4.221)
Resultado bruto da intermediação financeira	8.808	9.521	14.749	14.092
Outras receitas (despesas) operacionais	(5.260)	(5.972)	(10.155)	(9.677)
Receita de prestação de serviços	2	-	291	141
Despesas de pessoal	(1.941)	(1.717)	(2.673)	(2.277)
Despesas administrativas	(4.984)	(5.398)	(7.667)	(7.340)
Despesas tributárias	(571)	(614)	(970)	(889)
Despesas com depreciação/amortização	(90)	(97)	(101)	(103)
Resultado de participação em coligadas e controladas	1.785	1.046	-	-
Reversão de provisões	8	92	8	92
Outras receitas operacionais	658	806	1.324	806
Outras despesas operacionais	(127)	(90)	(367)	(107)
Resultado não operacionais	506	(14)	390	32
Resultado antes da tributação sobre o lucro	4.054	3.535	4.984	4.447
Imposto de renda e contribuição social	(322)	(529)	(1.109)	(1.248)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(543)	(570)	(1.704)	(1.614)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	221	41	595	366
Participações nos lucros	(140)	(258)	(206)	(384)
Lucro líquido do semestre	3.592	2.748	3.669	2.815
Juros sobre capital próprio	(1.146)	(850)	(1.146)	(850)
Quantidade de ações	20.000.000	20.000.000	20.180.000	20.180.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1	179,60	137,40	181,81	139,49

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)					
Notas	Capital Social	Reserva de Lucros			Total
		Reserva Legal	Reserva Estatutária/Especial	Lucros Acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2013	20.000	1.262	14.228	-	35.490
Integração de capital	19.a	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	2.748	2.748
Constituição de reserva	19.b e 19.c	94	1.196	(1.290)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(850)	(850)
Dividendos propostos	19.d	-	-	(108)	(108)
Pagamento de dividendos antecipados	-	-	-	(500)	(500)
Saldos em 30 de junho de 2014	20.000	1.356	15.424	-	36.780
Saldos em 31 de dezembro de 2014	20.000	1.506	17.253	-	38.759
Lucro líquido	-	-	-	3.592	3.592
Destinação	-	-	-	-	-
Constituição de reserva	-	180	2.130	(2.310)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(1.146)	(1.146)
Dividendos propostos	-	-	-	(136)	(136)
Pagamento de dividendos antecipados	-	-	(380)	(380)	-
Saldos em 30 de junho de 2015	20.000	1.686	19.003	-	40.689
Mutações do semestre	-	180	1.750	-	1.930

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

As demonstrações consolidadas não devem ser tomadas por base para fins de cálculo dos dividendos, de impostos ou para quaisquer outros fins societários.

(c) Descrição das principais práticas de combinação

Na elaboração das Demonstrações Financeiras consolidadas foram adotados, quando aplicáveis, os critérios para a consolidação em conformidade com o Cosif, instituído pela Circular nº 1.273/1987, especificamente em relação às Normas do Conglomerado Financeiro.

As demonstrações financeiras consolidadas em 30 de junho de 2015 abrangem as demonstrações da Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e da Barigüi Companhia Hipotecária.

O valor total do Ativo, passivo, patrimônio líquido e o lucro (prejuízo) líquido das entidades que compõem as Demonstrações Consolidadas antes de qualquer eliminação de consolidação estão assim representados:

	Barigüi S.A.		Companhia Hipotecária	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Total do Ativo	297.025	249.659	141.111	82.902
Total do Passivo	256.336	212.879	132.294	76.492
Total do Patrimônio Líquido	40.689	36.780	8.827	6.410
Resultados Líquidos do semestre	3.592	2.748	1.862	1.113

Nos procedimentos de combinação, foram eliminados os saldos das contas patrimoniais, as receitas e as despesas decorrentes de transações entre a Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos e a Barigüi Companhia Hipotecária.

(d) Base para compilação e formatação das demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Barigüi

As informações contábeis históricas referentes ao Conglomerado Financeiro Barigüi utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram compiladas a partir das demonstrações financeiras individuais históricas para o semestre findo em 30 de junho de 2015. Estas demonstrações financeiras (Conglomerado Financeiro Barigüi) devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais históricas das empresas envolvidas.

Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém a maioria não foi ainda homologada pelo BACEN. Desta forma, a Financeira, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN:

- (a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução CMN nº 3.566/08;
- (b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução CMN nº 3.604/08;
- (c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução CMN nº 3.750/09;
- (d) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.823/09;
- (e) CPC 24 - Eventos Subsequentes - homologado pela Resolução CMN nº 3.973/11;
- (f) Resolução CMN nº 3533/08 - Estabelece procedimentos para classificação, registro contábil e divulgação de operações de venda ou transferência de ativos financeiros (cessão de crédito);
- (g) CPC 10 - Pagamento baseado em ações - homologado pela Resolução CMN nº 3.989/11;

(h) CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificações de erros. - homologado pela Resolução CMN nº 4.007/11; e

(i) Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento conceitual básico (R1) emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aplicável onde não conflitar com as normas emitidas pelo Conselho Monetário Nacional ou pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria em reunião de 14 de agosto de 2015.

3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - INDIVIDUAL E CONGLOMERADO

As principais práticas contábeis adotadas pela Financeira na elaboração das demonstrações financeiras são:

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08, estão representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com prazo de até 90 dias, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor de mercado. Entre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b. Apuração do resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, "pro rata" dia, incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

c. Ativos e passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado do dia de realização. As provisões para créditos de liquidação duvidosa são fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas ou vincendas), da experiência passada, expectativas futuras e riscos específicos das carteiras e na política de avaliação de risco da Administração na constituição de provisões, inclusive, exigidas pelas normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e BACEN.

d. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisões para desvalorização, quando aplicável.

e. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, conforme determinado pela Circular BACEN nº. 3.068/2001, foram classificados na seguinte categoria:

- **Títulos mantidos até o vencimento:** são títulos e valores mobiliários para os quais se possui a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São contabilizados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais foram lançados no resultado.

f. Instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

As operações com derivativos, praticadas pela Financeira, são contabilizadas no balanço, e os valores-base dos respectivos contratos são contabilizados em contas de compensação. Os ajustes dos contratos futuros são apercebidos diariamente por tipo de ativo e respectivos vencimentos são reconhecidos no resultado do período.

A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no

Demonstrações dos fluxos de caixa Semestres findos em 30 de junho de 2015 e de 2014 (Valores expressos em milhares de reais)				
	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre	3.592	2.748	5.454	2.815
Ajustes para reconciliar o resultado do semestre com recursos provenientes de atividades operacionais:				
Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas	90	97	101	103
Equivalência patrimonial	(1.785)	(1.046)	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.393	2.499	5.088	3.233
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	75	-	75
Provisão para impostos de renda e contribuição social correntes	100	-	100	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	543	570	1.704	1.614
Participação dos empregados	(221)	(41)	(595)	(366)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	140	258	206	384
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	(334)	(400)	(728)	(685)
Redução (aumento) títulos e valores mobiliários	3.709	(177)	3.709	(177)
(Aumento) operações de crédito	(1.216)	(17.436)	(22.659)	(32.752)
Redução (aumento) outros créditos	67	23	(1.142)	326
Redução (aumento) outros valores e bens	1.002	(761)	(10)	(2.006)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Aumento (redução) depósitos interfinanceiros	404	2.569	(5.597)	4.013
Aumento (redução) depósitos a prazo	(5.268)	14.693	(5.268)	14.693
Aumento recursos de depósitos cambiais	29.014	7.440	29.014	7.440
Aumento letras de crédito imobiliário	-	-	28.843	7.401
Aumento cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	53	-	53	-
(Redução) instrumentos financeiros derivativos	(70)	(2.041)	(70)	(2.041)
(Aumento) redução) obrigações sociais e estatutárias	(346)	(2.095)	(346)	(3.026)
(Redução) obrigações fiscais e previdenciárias	(21.606)	(2.963)	(24.640)	(1.557)
(Redução) outras obrigações	11.261	3.982	17.419	(440)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Redução em outros investimentos	(1.684)	-	(1.684)	1
(Aumento) imobilizado de uso	42	(101)	42	(132)
(Aumento) em intangível	6	-	16	10
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(1.636)	(100)	(1.626)	(121)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	(1.526)	(500)	(1.775)	(500)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos	(1.526)	(500)	(1.775)	(500)
Aumento (diminuição) de caixa e equivalentes de caixa	9.783	3.382	15.682	(1.061)
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	45.364	12.476	34.414	12.671
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre	55.147	15.858	50.096	11.610

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto se indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira") tem como seu principal produto o crédito consignado com desconto em folha de pagamento, ao amparo essencialmente de convênios com órgãos públicos federais, estaduais e municipais. Além disso, realiza outras operações, a saber: financiamento a consumidores (CDC) com intervenção de lojistas, empréstimos a pessoas físicas e jurídicas com garantia de imóvel, e outras facultadas a entidades da espécie.

As demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Barigüi, que são de responsabilidade da Administração as empresas integrantes deste Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras do conglomerado Barigüi. A entidade líder do Conglomerado por ter maior volume de transações é a Barigüi S.A. Em 27 de setembro de 2011, o Banco Central do Brasil aprovou o funcionamento da Controlada Barigüi Companhia Hipotecária ("Companhia Hipotecária"), que iniciou as atividades em 10 de janeiro de 2012.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

(a) Base de elaboração das demonstrações financeiras individuais da Barigüi S.A.

As demonstrações financeiras individuais da Barigüi S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei 6.404/76, das Sociedades por Ações inclusive com as alterações das Leis 11.638/07, 11.941/09 e adaptadas às normas do BACEN através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

(b) Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas da Barigüi

As demonstrações financeiras do Conglomerado Financeiro Barigüi foram preparadas em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), especificamente as normas do Conglomerado Financeiro, e do BACEN e apresentadas em conformidade com o Plano de Contábil das Instituições

mercado, os dados divulgados pelas diversas associações de classe e as bolsas de valores, mercadorias e futuros, aplicáveis à data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira desses itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

g. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

(i) Operações de crédito - estão registradas por valor que agrega as rendas incorridas até a data de encerramento do balanço, segundo o critério "pro rata" dia

Financeira e Circular Bacen 3.378/14, ou seja, dois terços são inicialmente reconhecidos no ativo e o restante reconhecido integralmente como despesa concomitante a contratação da operação de crédito.

i. Investimentos

Os investimentos em controlada foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

j. Ativo imobilizado

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Financeira.

É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil econômica estimada dos bens, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*.

As taxas de depreciação anuais das classes de bens da Financeira são:

	Taxa - %
Equipamentos de informática	20% a.a.
Móveis, utensílios e equipamentos de uso Veículos	10% a.a.
	20% a.a.

k. Ativo intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Companhia ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas estabelecidas em função da vida útil do bem, como segue:

Software	20% a.a.
----------	----------

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo diferido não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

l. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro-rata*) dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro-rata*) dia).

m. Transação de cessão venda ou transferência de ativos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2012, as operações de cessão ou transferência de ativos financeiros, conforme determina a Resolução nº 3.533 do CMN, foram classificadas, considerando as suas características, na categoria descrita abaixo:

Operações com retenção substancial dos riscos e benefícios: operações em que o cedente retém substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro objeto da operação. Neste caso a instituição cedente deve manter o ativo financeiro objeto da venda ou de transferência registrado no ativo, registrar um passivo financeiro no valor recebido pelos ativos financeiros e atualizar os valores do ativo e passivo pelo prazo remanescente da operação, sendo o primeiro atualizado pela taxa da operação original e o segundo atualizado pela taxa firmada no contrato de cessão.

A avaliação quanto à transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade dos ativos financeiros é de responsabilidade da instituição e deve ser efetuada com base em critérios consistentes e passíveis de verificação, utilizando-se como metodologia, preferencialmente, a comparação da exposição da instituição, antes e depois da venda ou da transferência, relativamente à variação no valor presente do fluxo de caixa esperado associado ao ativo financeiro descontado pela taxa de juros de mercado apropriada. A avaliação descrita não é necessária nos casos em que a transferência ou retenção dos riscos e benefícios de propriedade do ativo financeiro é evidente. Presume-se que os riscos e benefícios do ativo financeiro foram retidos pelo vendedor ou cedente quando o valor da garantia prestada, por qualquer forma, para compensação de perdas de crédito, for superior à perda provável ou ainda quando o valor das cotas subordinadas do FIDC adquiridas for superior à perda provável.

n. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisitos, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

o. Depósitos e captações no mercado aberto

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

p. Recursos de aceites e emissão de títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

q. Ativos e passivos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão sendo efetuados de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Ativos Contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

Passivos contingentes - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

Provisões: são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se à demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do BACEN.

r. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos, e a contribuição social é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável.

Aumento da Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) - Medida Provisória (MP) 675/15

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP 675/15, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras, incluindo a Companhia, de 15% para 20%.

A MP entra em vigor a partir de 01 de setembro de 2015 e sua vigência é limitada a um prazo de 60 dias, prorrogável por apenas uma vez por mais 60 dias e necessita ser convertida em lei pelo Congresso Nacional para que possa produzir efeitos por um prazo indeterminado.

A conversão em lei não havia ocorrido até 30 de junho de 2015 e nem até a data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras.

Os efeitos desta MP não foram considerados como "substâncias de promulgação real", e desta forma não houve qualquer impacto decorrente dessa MP nas demonstrações financeiras de 30 de junho de 2015. A Administração da Companhia aguardará a conversão dessa MP em lei para apurar os reais impactos dessa alteração.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Financeira espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

s. Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração, para determinação do valor adequado a ser registrado. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para riscos e obrigações legais, valorização a mercado de títulos e valores mobiliários e a realização dos créditos tributários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

t. Eventos subsequentes

Evento subsequente ao período a que se referem às demonstrações contábeis é aquele evento, favorável ou desfavorável, que ocorre entre a data final do período a que se referem às demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações. Dois tipos de eventos podem ser identificados: Os que evidenciam condições que já existiam na data final do período a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que originam ajustes).

Os que são indicadores de condições que surgiram subsequentemente ao período contábil a que se referem às demonstrações contábeis (evento subsequente ao período contábil a que se referem às demonstrações que não originam ajustes).

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 30 de junho de 2015.

4 Caixa e equivalentes de caixa - Individual e Conglomerado Financeiro

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são compostos da seguinte forma:

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Disponibilidade	10	15	13	18
Caixa	4.900	3.000	1.092	1.467
Depósitos bancários	882	1.119	1.092	1.467
Aplicações interfinanceiras (a)	54.255	14.724	48.991	10.125
TOTAL	55.147	15.858	50.096	11.610

(a) As aplicações financeiras apresentadas na nota 5 com vencimento inferior a 90 dias foram considerados como caixa e equivalentes de caixa para fins da demonstração dos fluxos de caixa.

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez - Individual e conglomerado financeiro

As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações financeiras em outras instituições, incluindo a controlada Companhia Hipotecária, a uma taxa média de 102% do CDI e 13,64 a.a. em aplicações pré-fixadas, com vencimentos variados, sendo o mais distante em 04 de dezembro de 2015. Em 30 de junho de 2015, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Título	Taxa	Curto Prazo	Taxa	Curto Prazo
DJ (pós)	102% CDI	49.335	100,3% CDI	13.374
DI (pré)	13,64% a.a.	4.900	10,80% a.a.	1.350
				7.900
Total		54.255		14.724
				48.991
				22.775

6 Títulos e valores mobiliários - Individual e conglomerado financeiro

Os títulos e valores mobiliários estão representados por investimentos em cota subordinada, a qual se classifica em "Classe Júnior", no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Barigüi Crédito Consignado (FIDC), administrado pela BEM DTMV Ltda. (integrante do Grupo Bradesco), conforme apresentado abaixo:

	Individual e Conglomerado	
	30/06/2015	30/06/2014
Títulos Mantidos até o Vencimento		
Cotas subordinadas - Classe Júnior (a)	2.730	6.102

(a) O número de cotas subordinadas da Financeira e o valor das mesmas para 30 de junho de 2015 e de 2014 são representados da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2015		30/06/2014	
	Nº de quotas	Valor da quota	Nº de quotas	Valor da quota
Cotas subordinadas - classe Júnior	1.047,25	2.606,83	2.730	5.827,06

O FIDC busca, mas não garante, atingir rentabilidade, a médio prazo, equivalente a 125% do CDI e 135% do CDI, para as cotas *seniores* e cotas subordinadas mezanino, respectivamente. A remuneração das cotas Júnior é correspondente à parcela residual do lucro ou prejuízo apurado no respectivo fundo, após: (i) a alocação dos rendimentos estabelecidos no regulamento às cotas *seniores* e subordinadas Mezanino; e (ii) a apropriação das demais despesas inerentes ao fundo, incluindo a constituição de provisão para perdas com créditos. Conforme regulamento, o encerramento do fundo está previsto para junho de 2016.

Participação no patrimônio líquido do FIDC

Em conformidade com o artigo 24º, inciso XV, da Instrução CVM nº 356, com redação dada pela Instrução CVM nº 393, os FIDCs, durante seus prazos de existência, devem observar a razão mínima, definida no regulamento, entre o valor das cotas subordinadas e o seu patrimônio líquido, sendo que esta relação será apurada diariamente e acessível aos colistas mensalmente. A Financeira é detentora da totalidade das cotas subordinadas Junior do FIDC, sendo as cotas *seniores* e subordinadas Mezanino pertencentes a investidores qualificados.

No quadro a seguir, estão demonstradas as relações mínimas que os investimentos no FIDC devem apresentar:

	% em relação ao patrimônio líquido	
	30/06/2015	30/06/2014
Cotas subordinadas - Classe Júnior	Mínimo de 5% (*)	Mínimo de 5% (*)
Índice de subordinação na data-base	6,53%	5,27%
Percentual do PL em relação a Cotas Seniores	Mínimo de 145%	Mínimo de 145%
Índice calculado na data-base	148,85%	146,41%
Percentual de Cotas Subordinadas em relação às cotas totais	Mínimo de 31% (*)	Mínimo de 31% (*)
Índice na data-base	32,82%	31,70%

(*) Conforme regulamento do fundo.

(Avaliação, fianças, hipotecas ou outras garantias concedidas em favor do FIDC)

A Financeira não ofereceu qualquer tipo de aval, fiança, hipoteca ou outras garantias em favor do FIDC ou de seus colistas.

A Financeira reconheceu na rubrica de "Resultado com títulos e valores mobiliários", resultado positivo no semestre findo em 30 de junho de 2015 de R\$ 742 (R\$ 1.527 no semestre findo em 30 de junho 2014) referente às cotas subordinadas - classe Júnior, como resultado da variação dessas cotas.

7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa - Individual e Conglomerado Financeiro

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Capital de giro	4.279	1.583	5.140	9.236
Crédito pessoal	203.883	185.515	208.673	185.515
CDC	16.766	24.723	16.766	24.723
Financiamentos imobiliários	-	-	128.891	71.282
Total	224.928	211.821	357.470	290.756

Circulante	88.502	85.408	127.948	110.192
Não circulante	136.426	126.413	229.522	180.564

b. Composição da carteira de crédito por atividade econômica:

	Individual		Conglomerado Financeiro					
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014				
Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.			
Sector Privado:	60	0,03%	99	0,05%	60	0,02%	401	0,18%
Indústria	780	0,35%	299	0,14%	780	0,22%	958	0,42%
Comércio	4.099	1,82%	2.049	0,97%	14.587	4,08%	5.295	2,36%
Outros serviços	219.989	97,80%	209.374	98,84%	342.043	95,68%	218.176	97,00%
Pessoa física	224.928	100,00%	211.821	100,00%	357.470	100,00%	224.830	100,00%

A taxa mínima praticada pela Financeira nos contratos firmados no semestre findo em 30 de junho de 2015 foi 0,8352% a.m. e a taxa máxima foi de 7,4% a.m., enquanto que para os contratos firmados pela controlada a taxa mínima no semestre foi de 0,8355% + CDI a.m. e a taxa máxima foi de 2,99% a.m.. No semestre findo em 30 de junho de 2015 a Financeira auferiu receita com operações de crédito no montante de R\$ 26.533 (R\$ 22.226 no semestre findo em 30 de junho de 2014) e no Conglomerado Financeiro no montante de R\$ 40.992 (R\$ 30.178 no semestre findo em 30 de junho de 2014).

c. Provisão para créditos de liquidação duvidosa:

c.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Saldo inicial	(5.977)	(4.836)	(7.901)	(5.712)
Constituição	(3.393)	(2.490)	(5.088)	(3.233)
Baixa para prejuízo	3.347	1.616	3.806	1.616
Saldo final	(6.023)	(5.719)	(9.183)	(7.329)

Circulante	(4.319)	(3.802)	(5.792)	(4.614)
Não circulante	(1.704)	(1.917)	(3.391)	(2.715)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo" o montante de R\$ 616 no semestre findo em 30 de junho de 2015 (R\$ 772 em 30 de junho de 2014).

c.2 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa, por rating.

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 30 de junho de 2015 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Posição em 30/06/2015 - Individual

Nível	Situação	% de Provisão	Sector				Total	Valor da Provisão
			Indústria	Comércio	Serviços	Pessoa Física		
A	Normal	0,50%	11	663	3.653	207.685	212.012	(1.060)
	Vencido	-	-	-	-	1.162	1.162	(6)
B	Normal	1,00%	-	51	9	1.072	1.072	(10)
	Vencido	-	-	-	-	1.559	1.619	(16)
C	Normal	3,00%	-	19	6	340	340	(10)
	Vencido	-	-	-	-	1.243	1.268	(38)
D	Normal	10,00%	-	-	-	336	336	(34)
	Vencido	-	-	-	-	792	918	(92)
E	Normal	30,00%	-	47	6	125	125	(37)
	Vencido	-	-	-	-	990	1.043	(313)
F	Normal	50,00%	-	-	-	87	87	(44)
	Vencido	-	-	-	-	715	718	(359)
G	Normal	70,00%	-	-	-	114	114	(80)
	Vencido	-	-	-	-	632	632	(442)
H	Normal	100,00%	-	-	-	217	217	(217)
	Vencido	-	-	-	-	311	2.921	(3.265)
Total			60	780	4.098	219.990	224.928	(6.023)

Circulante	88.502	(4.319)
Não Circulante	136.426	(1.704)

Posição em 30/06/2015 - Conglomerado Financeiro

Nível	Situação	% de
-------	----------	------

(a) O saldo em "credores diversos - país" está basicamente composto por: (i) parcelas de operações de crédito recebidas e não identificadas, as quais são conciliadas e baixadas no mês subsequente, no montante de R\$ 1.246 (R\$ 2.111 em 30 de junho de 2014); (ii) valores recebidos dos clientes referentes a parcelas cedidas a terceiros, as quais são repassadas às instituições financeiras e para o FIDC Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Barigüi Crédito Consignado, no montante de R\$ 29 (R\$ 562 em 30 de junho de 2014) dentro do próximo mês; (iii) R\$ 111 referem-se a provisões para pagamento ao FGC e; (iv) R\$ 24 referem-se a contratos a pagar. Adicionalmente, no conglomerado financeiro, refere-se à valores de contratos de financiamentos efetivados e não pagos até a data do balanço no montante de R\$879 (R\$ 3.921 em 30 de junho de 2014), a parcelas de seguros (DFI e MIP) a repassar no montante de R\$ 76 (R\$ 116 em 30 de junho de 2014), recebimentos antecipados de taxas de administração e seguros das carteiras adquiridas durante o primeiro semestre 2015 no montante de R\$ 1.093, sendo que o seguro no montante de R\$ 248 será repassado às seguradoras e a taxa de administração no montante de R\$ 376 será apropriado ao resultado pelo prazo de vigência do contrato; (v) equalização de taxas no montante de R\$ 191; (v) deságio carteiras adquiridas somam R\$ 278 será apropriado ao resultado pelo prazo de vigência do contrato; e (vi) recebimentos não identificados e parcelas recebidas antecipadamente R\$ 108 (R\$ 243 em 30 de junho de 2014).

(b) Vinculados às operações de cessão de créditos ao FIDC sem a transferência substancial dos riscos e benefícios.

16 Outras obrigações - dívidas subordinadas - Individual e conglomerado financeiro
Mediante autorização do Banco Central do Brasil, em 16 de junho de 2011, foi considerada elegível como capital de nível II, na categoria de dívida subordinada (Res. 3.444/07), a venda de Letra Financeira Subordinada efetuada a terceiro, no montante de R\$ 600, com prazo de 7 (sete) anos e pagamento semestral ao aplicador dos rendimentos.

Na forma da regulamentação própria, tal aplicação conta com bloqueio junto à CETIP e é vedado o resgate antecipado da mesma sem autorização do Bacen.

Em 30 de junho de 2015 o valor de custo acrescido dos encargos da Letra Financeira Subordinada é de R\$ 614 (R\$ 612 em 30 de junho de 2014). O resultado do semestre findo em 30 de junho de 2015, no valor de R\$ 43 (R\$ 36 no semestre findo em 30 de junho de 2014), foi reconhecidos como despesa de captação no mercado.

17 Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias - Individual e conglomerado financeiro

a. Ativos contingentes
No semestre findo em 30 de junho de 2015 não foram reconhecidos na Financeira nem em sua controlada ativos contingentes, assim como não existem processos classificados como prováveis de realização.

b. Provisão para riscos fiscais, civis e trabalhista
b.1 Ações civis, trabalhistas e fiscais
Os valores dos riscos são provisionados considerando o histórico de perda por natureza e as análises individuais dos processos realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos, que classificam os processos, por potencial de perda, em praticamente certo, provável, possível e remoto, sendo indicados os valores máximos e mínimos de risco de perda. Para os processos classificados com risco de perda praticamente certo e/ou provável a Financeira efetua provisão de 100% dos saldos do risco de perda dos processos.

c. Provisão constituída e as respectivas movimentações no período
Em 30 de junho de 2015, a Financeira possui contabilizada provisão para ações civis no montante de R\$ 419 (R\$ 346 em 30 de junho de 2014), registrada na rubrica "Provisão Para Riscos" e a controlada constituiu provisão, no semestre findo em 30 de junho de 2015, no valor de R\$ 39 em 30 de junho de 2014), conforme movimentação demonstrada abaixo:

	Individual	
	30/06/2015	30/06/2014
Saldo Anterior	361	322
Constituição/(Reversão)	92	91
Pagamentos	(34)	(67)
TOTAL	419	346

	Conglomerado Financeiro	
	30/06/2015	30/06/2014
Saldo Anterior	400	322
Constituição/(Reversão)	92	108
Pagamentos	(34)	(67)
TOTAL	458	363

d. Passivos contingentes
Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 30 de junho de 2015 por processos de natureza civil no montante de R\$ 388 (R\$ 220 em 30 de junho de 2014). Adicionalmente, o conglomerado financeiro totaliza o valor de R\$ 608 (R\$ 298 em 30 de junho de 2014).

Não há processos de naturezas trabalhista e fiscal classificados como risco de perda possível.

e. Órgãos Reguladores/Fiscalizadores
Não existe em curso processo administrativo por parte dos órgãos fiscalizadores oficiais do Sistema Financeiro Nacional, em especial o Banco Central do Brasil.

18 Patrimônio líquido

a. Capital Social
Conforme a 26ª AGE aprovada pelo Bacen em 31 de março de 2013, houve uma integralização de capital no montante de R\$ 6.187. Em 30 de junho de 2013, após essa integralização, o capital social, totalmente subscrito e integralizado por acionistas domiciliados no País, é de R\$ 20.000, representado por 20.000.000 (vinte milhões) ações ordinárias, sem valor nominal, representado conforme o quadro de acionistas:

Acionistas	No de ações		Ações na Total	
	Participação	controlada	Conglomerado	
Barigüi S/A C.F.I	-	-	2.820.000	-
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	6.239.820	31,1991%	-	6.239.820
Enio Fornea Junior	2.400.720	12,0036%	150.000	2.550.720
Ivo Luiz Roveda	4.936.100	24,6805%	15.000	4.951.100
Antonio Bordin Neto	1.423.360	7,1168%	-	1.423.360
Paulo de Paula Abreu	1.000.000	5,0000%	-	1.000.000
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	4.000.000	20,0000%	15.000	4.015.000
Total	20.000.000	100,000%	3.000.000	20.180.000

A quantidade de ações no semestre findo em 30 de junho de 2015 do conglomerado é de 20.180.000 (vinte milhões e cento e oitenta mil) ações ordinárias, sem valor nominal, após a eliminação da participação da controlada.

b. Reserva legal
Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

c. Reserva estatutária
A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para Reserva Legal e Dividendos.

d. Dividendos
O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76 das Sociedades por Ações.

Ao final do semestre findo em 30 de junho de 2015 a Financeira propôs dividendos no montante de R\$ 136 e pagou antecipadamente R\$ 380, totalizando R\$ 516 nesta destinação do resultado (R\$ 108 em 30 de junho de 2014).

e. Juros sobre capital próprio
A companhia pagou no semestre findo em 30 de junho de 2015, o montante R\$ 1.146 (R\$ 850 em 30 de junho de 2014) a título de remuneração do capital próprio com base na taxa referencial de juros "TJLP".

19 Transações entre partes relacionadas - Individual e conglomerado financeiro
As transações com partes relacionadas foram as seguintes:

Descrição	Individual			
	30/06/2015	30/06/2014		
Pessoas físicas				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 14.160	(1.049)	- 20.072	(1.058)
Remuneração administradores	- 239	(78)	- 497	(78)
Juros sobre capital próprio	- 94	-	- 74	(85)
Dividendos	- 94	-	- 74	-
Obrigações vinculadas a cessão de crédito	- 28.444	(2.564)	- 53.885	(2.696)
Barigüi Companhia Hipotecária				
Depósitos interfinanceiros	8.264	-	487	5.299
Utilização de Estrutura Compartilhada	- 100	-	(36)	-
Dividendos	-	-	-	196
Bordin Administração e Incorporações Ltda				
Juros sobre capital próprio/dividendos	- 346	(357)	- 259	(265)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 6.339	(352)	- 5.413	(281)
Barigüi Veículos Ltda				
Utilização de Estrutura Compartilhada	-	(42)	-	3
Letra financeira subordinada	- 615	(43)	- 612	(36)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 7.666	(409)	- 12.163	(835)
Barigüi Promotora de Crédito Imob. Ltda.				
Prestação de serviços correspondente bancário	1.008	-	(961)	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	(2)	-	1
Central Brasileira de Cobrança Ltda.				
Prestação de serviços de cobrança	-	51	(333)	-
			56	(896)

Descrição	Individual			
	30/06/2015		30/06/2014	
	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 578	(22)	- 185	(8)
Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.				
Prestação de serviços correspondente bancário	1.199	-	(234)	2.446
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 22	(2)	- 1	(344)
Enio Fornea & Cia Ltda.				
Aluguéis	- 5.076	(48)	- 7.454	(46)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	(311)	-	(387)
Barigüi Corretora de Seguros				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 3.675	(220)	- 3.293	(170)
Center Automóveis Ltda				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 4.860	(298)	- 4.298	(226)
Espaço Automóveis Ltda				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 6.809	(417)	- 6.023	(313)
GFA Incorporações Ltda				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 3.490	(214)	- 3.087	(160)
Barigüi Securitizadora S.A				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 821	(39)	- 43	(6)
Amambahy Participações Ltda				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 1.047	(47)	-	-
Fórmula Automóveis Ltda				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 11.185	(685)	-	-
Instituto Barigüi				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 477	(37)	- 424	(35)
Marumbi Investimentos Ltda				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 14	(1)	-	-

Descrição	Conglomerado Financeiro			
	30/06/2015		30/06/2014	
	Ativo	Passivo	Resultado	Resultado
Pessoas físicas				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 14.160	(1.049)	- 20.072	(1.058)
Letra de crédito imobiliário	- 37.482	(1.871)	- 12.803	(931)
Remuneração administradores	-	(148)	-	(130)
Juros sobre capital próprio	- 239	(78)	- 497	(585)
Dividendos	- 94	-	- 74	-
Obrigações vinculadas a cessão de crédito	- 28.444	(2.564)	- 53.885	(2.696)

Descrição	Conglomerado Financeiro			
	30/06/2015		30/06/2014	
Bordin Administração e Incorporações Ltda.				
Juros sobre capital próprio/dividendos	- 108	(357)	- 259	(265)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 6.339	(352)	- 5.413	(281)
Barigüi Veículos Ltda				
Utilização de Estrutura Compartilhada	-	(42)	-	3
Letra financeira subordinada	- 615	(43)	- 612	(36)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 7.666	(409)	- 12.163	(835)
Barigüi Promotora de Crédito Imob. Ltda.				
Prestação de serviços correspondente bancário	2.124	-	(1.999)	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	(2)	-	1
Central Brasileira de Cobrança Ltda.				
Prestação de serviços de cobrança	- 124	(680)	- 56	(896)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 578	(22)	- 185	(8)

Descrição	Conglomerado Financeiro			
	30/06/2015		30/06/2014	
Brasil Cards Serviços Financeiros Ltda.				
Prestação de serviços correspondente bancário	1.199	-	(234)	2.446
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 22	(2)	- 1	(344)
Enio Fornea & Cia Ltda.				
Aluguéis	- 5.076	(48)	- 7.454	(46)
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	-	(311)	-	(387)
Barigüi Corretora de Seguros				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 3.675	(220)	- 3.293	(170)
Center Automóveis Ltda				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 4.860	(298)	- 4.298	(226)
Espaço Automóveis Ltda				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 6.809	(417)	- 6.023	(313)

Descrição	Conglomerado Financeiro			
	30/06/2015		30/06/2014	
GFA Incorporações Ltda				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 3.490	(214)	- 3.087	(160)
Barigüi Securitizadora S.A				
Prestação de Serviços	352	-	(73)	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 821	(39)	- 43	(6)
Amambahy Participações Ltda				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 1.047	(47)	-	-
Fórmula Automóveis Ltda				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 11.185	(685)	-	-
Instituto Barigüi				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 477	(37)	- 424	(35)
Marumbi Investimentos Ltda				
Recursos de aceites e emissão de títulos (a)	- 14	(1)	-	-

(a) Recursos de aceites e emissão de títulos referem-se à captações em letras de câmbio.

20 Política de remuneração - Individual e conglomerado financeiro
A Financeira remunera um só membro de sua, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no semestre findo em 30 de junho de 2015 está representado por R\$ 78 (R\$ 78 em 30 de junho de 2014) e no conglomerado financeiro R\$ 148 (R\$ 130 em 30 de junho de 2014).

21 Outras despesas administrativas - Individual e Conglomerado Financeiro

Descrição	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Despesas de aluguel	(39)	(41)	(53)	(57)
Despesas de comunicação	(195)	(184)	(204)	(189)
Despesas de processamento de dados	(210)	(339)	(323)	(447)
Despesas com relações públicas	(17)	(16)	(17)	(16)
Despesas com propaganda e publicidade	(83)	(39)	(163)	(128)
Despesas de seguros	(6)	(18)	(6)	(18)
Despesas serviço sistema financeiro	(182)	(177)	(342)	(326)
Despesas com serviços terceirizados	(8)	-	-	-
Despesa com serv. téc. especializados	(3.134)	(3.526)	(5.144)	(4.555)
Despesas com viagens	(512)	(444)	(731)	(686)
Despesa de transporte	(102)	(25)	(102)	(27)
Despesa de transporte	(48)	(53)	(48)	(53)
Despesas judiciais e cartório	(58)	(58)	(58)	(188)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(76)	(82)	(76)	(106)
Outras despesas	(322)	(406)	(400)	(544)
Total	(4.984)	(5.398)	(7.667)	(7.340)

(a) Refere-se principalmente à: (i) apropriação de despesas com comissões de correspondentes no resultado no montante de R\$ 2.219 (R\$ 2.162 em 30 de junho de 2014) e no conglomerado R\$ 3.155 (R\$ 2.502 em 30 de junho de 2014), (ii) R\$ 424 referente à assessoria de cobrança (R\$ 972 em 30 de junho de 2014) e no conglomerado R\$ 771 (R\$ 1.292 em 30 de junho de 2014) e (iii) R\$ 361 referente à custos de repasse à órgãos públicos (R\$256 em 30 de junho de 2014).

22 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido) - Individual e Conglomerado Financeiro

a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado.

Descrição	Individual		Conglomerado Financeiro	
	30/06/2015	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2014
Impostos correntes	(335)	(352)	(335)	(352)
Imposto de renda	(208)	(218)	(208)	(218)
Contribuição social	-	-	-	-
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(543)	(570)	(543)	(570)
Impostos diferidos	221	41	221	41
Total do imposto de renda e contribuição social	(322)	(529)	(322)	(529)

Descrição	Conglomerado Financeiro	
	30/06/2015	30/06/2014
Impostos correntes	(1.212)	(1.000)
Imposto de renda	(492)	(614)
Contribuição social	-	-
Total imposto de renda e contribuição social correntes	(1.704)	(1.614)
Impostos diferidos	595	366
Total do imposto de renda e contribuição social	(1.109)	(1.248)

Descrição	Individual	
	30/06/2015	30/06/2014
Resultado antes do imposto de renda, contribuição social, juros sobre o capital próprio e participação dos empregados	4.054	3.535
Juros sobre capital próprio	(1.146)	(850)
Participação dos empregados	(140)	(258)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	2.768	2.427
Encargo total do Imposto de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 15% respectivamente	(1.107)	(9